

DA CASA PRIVADA À ÁGORA: REFLEXÃO SOBRE A METÁFORA DO ESTATUTO JURÍDICO CONCEITUAL DA VIOLÊNCIA FAMILIAR NO TEMPO PROPRIETÁRIO

Luiz Edson Fachin

Professor da Faculdade de Direito da UFPR.

SUMÁRIO:

1. Introdução; 2. Morfologia dos Papéis: Parindo Cativos? 3. A Violência Construída; 4. Fim do Exílio Voluntário: Família Plural, Laboratório de Sonhos? 5. Conclusão; 6. Bibliografia.

1. INTRODUÇÃO

Na crise familiar captada pelo direito o presente refila publicamente o futuro acontecido ontem, fazendo notáveis queimadas ao cerco de si. À imagem e semelhança do direito, o corpo familiar dança no corpo social sempre na véspera da guerra.

A questão, pois, pode estar precisamente em compreender tais contradições na família, expostas na passagem da casa à praça, e espelhadas numa sociedade que reproduz, em maior ou menor grau, o microcosmo dessa instância intermediária entre o Estado e os átomos sociais aprisionada em juízo, moldura e sina.

No paralelo que firma os meridianos da experiência social entre a família e a sociedade, formas compulsivas impõem laços de apropriação e governam o governo do gozo, da fruição, da disposição e da reivindicação. A família, assim, se, de um lado, funda espaço de afeto, de refúgio, de autonomia e de liberdade, de outra parte, instala campo propício ao desafeto, ao desabrigo, à subordinação e à dependência. Essa ambivalência é apropriada pelo direito que a revela no conjunto de conceitos e categorias que se apropriam da família. O discurso fez do conceito posse e objeto de titularidade. Eis o impasse do tempo proprietário, tão verdadeiro quanto dizer que voar é com os pássaros.

Na família, a transgressão originária dessa apropriação quer fazer da maternidade um destino e da descendência um limite dirigido ao pai nosso de cada dia. Nos papéis principais dessa trindade está a imagem da representação jurídica, apta a cativar discursos, conceitos e formas. Nela se instala a neurose corrosiva do ter, e o código jurídico dissimula o não-dito. Essa violação primeira não se faz lei mais forte apenas por meio da lei do mais forte.

Uma legião de súditos, corpos e conceitos, objetos e supostos sujeitos falam como falam, andam como andam, e se dispõem, numa travessia que supõem estar em curso, a sonhar profanações enquanto adoram e veneram seus papéis. É aquele que, por isso mesmo, bate em seu filho à noite e amanhece professor em escolas

da vida dia seguinte. Eis aí a força bruta que se legitima precisamente por ser contrária ao direito e ao sentido de justiça.

A causa do constrangimento físico ou moral, da coação, da ofensa e da devassa está antes, previamente transportada para o não-direito, posta na dobra. A violência familiar violenta antes um lugar anterior e para conhecê-lo um pouco melhor cabe ir além dos anteparos que o direito e os laços sociais edificam feito biombo para resguardo e proteção, anteparando-se da tentação do perquirir-se sobre o indizível, essa partícula elementar de violência que constitui o que somos.

2. MORFOLOGIA DOS PAPÉIS: PARINDO CATIVOS?

A família plural, aberta à arquitetura do afeto e sem molduras prévias, disseca limites e possibilidades da superação da vida insular. Nela se projeta o que está nascido no olhar que instaura essa viagem. O ninho se constitui sob o nascimento viável de um desenho que decola com prováveis escalas nas estações da maternidade e da paternidade.

A organização conceitual desse coletivo passa pela concessão do acesso a papéis que abraçam no horizonte do conceito, os seus concretos: filhos e pais se formam comunidade que se aglomera em definições, direitos, deveres, prazos e desvinculações. O direito se ocupa da família como se ocupava, antes, do Estado, e do público privado da família nasce e se desenvolve o privado “publicizado” por normas jurídicas, não raro de índole constitucional.

De dois conceitos fundamentais esse direito cuida: o da paternidade e o da maternidade.

Uma imagem pode evocá-los de outro lugar, senão vejamos. Em Évora, no centro da nave, à esquerda, a Catedral da Sé mostra mais que imagem instigante do Alentejo português. Lá se vê, na virgem grávida, paradoxo que floresce no debate acérrimo da origem da concepção. Há, nela, mais do que se pode ver.

A imagem espelha a mão esquerda da mãe acariciando o ventre saliente, perfil que faz a circunferência do semicírculo da letra “o”. A mão da mãe aponta suavemente para cima, não apenas o teto celeste, mas por certo aquela promessa dos céus.

Dois sinais diversos que revelam movimentos do corpo de uma mulher que aparece, ali, a sós, remetida a um pai ambivalente.

Essa suposta certeza materna, fruto de uma também suposta maternidade, fundou, em torno da mãe, o estatuto jurídico da descendência que se instalou nos modelos dos códigos jurídicos.

O filho que, sendo muito mais um prometido, filho, a rigor, pode não ser, gestado pela mãe que é, mesmo não sendo, e submetido a uma paternidade que reclama ausência, instaura um desafio que, diante de tanto vazio, chama o verbo jurídico para preenchê-lo. A lei jurídica presentifica os ausentes e, por definição, torna mãe, pai e

filho tanto os que realmente o são quanto aqueles que não são e quiçá nem optaram por ser.

O ente parido de um lugar interdito ao direito, se dá, no direito, como representação, palco e cena. Personagens se movimentam, no amor e na indiferença, transportados pela garantia impossível da felicidade.

Essa via jurídica pode ser, de fato, a expressão domiciliar eudemonista; no entanto, pode atestar os desencontros do afeto, uma abertura à obtenção, pela força ou pela execução do incontrito, da expropriação desse espaço de sujeito.

3. A VIOLÊNCIA CONSTRUÍDA

Ameaças, vias de fato e vulnerabilidade são sintomas da transformação do sujeito em vítima, e da vítima em objeto. A integridade física e moral é violada pela condição que flui do estado jurídico introdutor da violação como antítese da regra. O direito constrói o espelho invertido do real. Apropria-se do que não quer se ver para atestar exatamente a existência do que nega, como regra.

Essa lógica posta em cheque decorre da assinatura que, em nome da família e seus integrantes, mandatários impróprios firmaram no pacto que administra, penaliza e sanciona ações e omissões na comunidade domiciliada sob o teto conceitual da família.

O endereço possível se esconde em mistificações, representações fantasmas e na miniaturização do ser. O apequenado é o virtualmente sub-rogado nesse papel, e nesse aparece, na dor, nos filhos abandonados por pais que se abandonam à dramatização dos desenlaces. A fisionomia do arquétipo familiar, quando feito espaço do não ser, funda a extorsão afetiva de sujeito possível.

O sujeito em busca de si mesmo e da co-existencialidade se vê, no espelho, construído objeto, símbolo da reificação geral, quando tudo e todos não apenas são apreendidos por conceitos domesticados na propriedade epistemológica das molduras que definem fotografias, mas também são reduzidos a valor de troca.

As tempestades, às vezes insólitas, no desafeto, no desrespeito, no campo cativo do nada, expõem o fim do muito que sequer pode ter-se constituído.

4. FIM DO EXÍLIO VOLUNTÁRIO: FAMÍLIA PLURAL, LABORATÓRIO DE SONHOS?

O *tonus* do presente quer reconstruir, no direito, outro corpo simbólico da família. Um *modus vivendi* que não seja a luz envolvente de uma tragédia lenta. Esse recomeço pode ser o crepúsculo de velhas questões conectadas do sistema jurídico com o sistema de produção. No espaço das possibilidades a contemporaneidade dominante produziu não apenas o capital que, a seu turno, produz a si mesmo, mas também desenvolveu a noção do supérfluo; nessa lógica, para dentro da família o fim do exílio numa tentativa fatal da manutenção dessa instância que resiste na nossa aventura histórica.

Flutua-se nessa mísera riqueza instável, em paragens a decodificar. Os remédios dessa crise não viveram o que já poderiam ter vivido. Superar o modelo transpessoal, exclusivamente matrimonializado, hierarquizado e patriarcal, foi o verbo da estação constitucional. A família plural abre esses horizontes.

Terras prometidas podem ser devoradores lugares de desterro. O discurso consistente da igualdade substancial, da igualdade na diferença, dos filhos que são mais que filhos, e dos pais que ao educarem se educam constantemente, pode ser alavanca interessante num banco de prova dos sonhos.

O cotidiano, todavia, ainda teima para negar a ética da co-existencialidade e frustrar a realização da cidadania.

A crueldade ri à toa da incapacidade social de construir uma vida coletiva e familiar digna, e as janelas refletem menos o sol inserido na exibição eudemonista da família e muito mais o horror do espancamento e da força dos que arquivam sonhos ao delatarem todas as entradas de alguma liberdade possível. O desenho do constrangimento sobre mulheres e filhos não é frívolo e abjeto exercício de arrombar portas abertas. É em minúsculas que escrevemos solidariedade, formatada pelo requestrar do abecedário que sugere, na limpeza automática dos sonhos, revestimento para a consciência possível.

A oferta não sugere comunhão, contradizendo o discurso que vocaciona o plural presente feito espaço de luta, de emancipação e de conquista. Menos mal que, ainda assim, não se nega a negação dos direitos e não se exclui dos discursos a exclusão, mas a crueza do diário não vive apenas de idiomas e sinônimos.

5. CONCLUSÃO

O presente vive seu futuro impronunciável, ainda. Estas precárias linhas não escapam de seus limites, à moda de um violon d'Ingres desse presente brutal e inexorável. Dele o futuro se esconde em si mesmo. Seremos construtores de ruínas?

Prosseguimos partindo sobre os rios que vão em direção a auroras improváveis.

O mito pode não estar tão-somente na grávida virgem em Évora. É de outra mitologia que ela cuida. A mãe certa de uma geração fictícia, uma mulher expropriada de sua condição, acaricia o ventre do nascido para não nascer apenas filho, ela só, ele nascituro natimorto, ambos remetidos a um pai improvável.

A feição humana dessa tríplice aliança converteu-se nos cânones de um governo jurídico que ainda não passou da gênese. O primeiro laço original ata os séculos do que, aparentemente sendo família, família não é. Da família e do direito se ocupa uma certa racionalidade, cuja base produz travessia da casa à ágora. Viver na casa epistemológica da família contemporânea pode se tornar esse passeio pela concordata social, repetição generalizada de conceitos em tempos paradoxalmente beatíssimos.

Essa ambivalência faz da mão que acaricia o ventre o anúncio constante de nascimentos que designam a fatalidade do filho. É a gestação uma forma de

despedida. O corte do vínculo umbilical não é o atestado da vida possível, mas sim uma ruptura previamente agendada.

A quebra desse paradigma requer revisitar Évora e encontrar, um dia, a virgem eternamente grávida aos pés daqueles que vivificam nos paradoxos. Belo sonho?

6. BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Temas básicos da sociologia. São Paulo: Cultrix, [s.d.].

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

BARCELLONA, Pietro. El individualismo propietario. Madrid: Trotta, 1996.

_____. O egoísmo maduro e a insensatez do capital. São Paulo: Ícone, 1995.

COMMAILE, J. Direito e costumes ou o surgimento de um modelo de ilegitimidade recíproca. In: BARRETO, V. (Org.). A nova família: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

FROMM, E.; HORKHEIMER, M.; PARSONS, T. et al. La familia. 7. ed., Barcelona: Península, 1994.

LABRUSSE-RIOU, C. Droit de famille. Paris: Masson, 1984.

MUNIZ, Francisco José Ferreira. O direito de família na solução de litígios. Curitiba, 1992.

SUTHERLAND, E. Ecosse: les années de l'enfant. In: RUBELLIN-DEVICHI, J. (Dir.). Regards sur le droit de la famille dans le monde. Annual Survey of Family Law. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1993.